CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
INFORMATIVO SINDICAL
www.cnti.org.br — MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET
Filiada à NCST NOVA CENTRAL
Brasília-DF, 10 de novembro de 2026

Estatuto do Aprendiz volta a pauta do Senado

Senadores podem votar estatuto do aprendiz, matéria foi aprovada na Câmara e aguarda votação na no Senado Federal. O relator é o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) e seu parecer é favorável ao projeto



Nesta semana os senadores podem votar o PL 6461/2019, que institui o Estatuto do Aprendiz e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023.

A matéria já foi aprovada na Câmara e aguarda votação na no Senado Federal. O relator da matéria é o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) e seu parecer é favorável ao projeto.

Trabalho para mulheres em remissão
No plenário do Senado pode ser votado também o PL 5608/2023, que dispõe sobre as condições de trabalho de mulheres com diagnóstico, em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama.

A proposta cria a possibilidade de regimes de trabalho adaptados para as trabalhadoras afetadas, incluindo o trabalho remoto, jornada de trabalho reduzida e estabilidade provisória no emprego.

Outro ponto do projeto é a certificação oficial para reconhecer as empresas que cumprem com as metas de contratação e oferecem condições adequadas de trabalho para o grupo. Esses são alguns dos benefícios que as mulheres diagnosticadas com câncer de mama poderão ter em caso de aprovação e sanção da matéria.

Defesa da Justiça do Trabalho
A Comissão de Administração e Serviço Público pode votar o requerimento 38/2026, da deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP) para realização de seminário, no Estado de São Paulo, para debater o tema "Defesa da Justiça do Trabalho, pejotização e fim da escala 6x1".

Matéria completa:
https://diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/93268-estatuto-do-aprendiz-volta-a-pauta-do-senado

Fonte: Diap

Centrais Sindicais pedem reunião com Lula para discutir rumos da economia

Reunião com Lula: centrais sindicais querem voz na discussão sobre economia e política fiscal do governo. Saiba mais.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto, 5 de novembro de 2026. Facebook Lula.

As centrais sindicais pediram na quinta-feira (5) uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutir os rumos da economia e da política fiscal do governo. O pedido foi divulgado pelo jornalista Carlos Petrocilo na coluna Painel, da Folha de S.Paulo, após o jornal informar que Lula planeja uma rodada de conversas com empresários e economistas.

As entidades querem que a classe trabalhadora também tenha voz nesse debate. João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da Força Sindical, defendeu a participação de representantes de diferentes setores e apontou a taxa de juros como um tema de interesse comum, pelos efeitos que tem sobre as empresas e os trabalhadores.

"A classe trabalhadora quer ser incluída nesses diálogos", afirmou Juruna à coluna.

O dirigente também defendeu que trabalhadores e empresários discutam juntos os rumos da economia para superar a lógica de confronto entre os dois lados.

Até a publicação da nota, ainda não havia definição sobre a participação das centrais sindicais na rodada de conversas com o presidente.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Aprovação de Lula segue em alta; povo prioriza fim da 6×1 e isenção da cesta

Pesquisa Quaest divulgada neste domingo (8) aponta que 48% dos brasileiros aprovam o governo do presidente Lula, enquanto 44% desaprovam



Lula | Foto: Paulo Pinto/AgBr

Pesquisa Quaest divulgada neste domingo (8) mostra que 48% dos brasileiros aprovam o governo do presidente Lula, enquanto 44% desaprovam. Esse índice positivo, o primeiro após as eleições, é o mesmo da véspera do segundo turno no mês passado, sendo que a desaprovação caiu um ponto, uma vez que era de 45%.

Em relação às eleições de 2022, o percentual é o mesmo registrado em dezembro daquele ano.

Entre as principais prioridades apontadas pelos entrevistados, estão o fim da escala 6×1, a isenção de impostos sobre os produtos da cesta básica, a valorização do salário mínimo e a criação de um pacto de enfrentamento dos feminicídios.

O levantamento indica ainda que 94% dos brasileiros desejam um bom governo, 48% se mostram preocupados com o futuro e 44% se dizem otimistas.

A defesa da democracia, o combate ao bolsonarismo, o fortalecimento dos programas sociais, a redução da desigualdade e a proibição das bets são as principais razões apontadas para quem demonstra otimismo.

A Quaest mostra ainda que 62% reprovam a ida de Flávio Bolsonaro (PL) para os EUA, ao passo que 56% acham que ele está fugindo da Justiça.

O filho 01 de Jair Bolsonaro é investigado em dois inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) por irregularidades no financiamento do filme Dark Horse, sobre o pai, e lavagem de dinheiro.

"Os dados mostram que 89% dos brasileiros ficaram sabendo da ida de Flávio para os EUA. Foi o evento com a maior taxa de conhecimento dos últimos anos, superando eventos como escândalo do Master, o caso Moraes/Vorcaro e a reunião de Bolsonaro com embaixadores em 2022", diz o CEO da Quaest, Felipe Nunes.

A pesquisa ouviu 2.004 pessoas entre os dias 30 de outubro e 2 de novembro. A pesquisa tem nível de confiança de 95% e margem de erro de dois pontos percentuais.

Fonte: Portal Vermelho

Justiça suspende regra que ampliou aceitação de VR e VA em maquininhas

União poderá recorrer da decisão



© Fernando Frazão/Agência Brasil

A Justiça Federal determinou nesta segunda-feira (9) a suspensão das novas regras editadas pelo governo federal para ampliar a aceitação de cartões de vale-refeição (VR) e vale-alimentação (VA) no comércio. As mudanças tinham começado a valer no último sábado (7).

Com a decisão, voltam a valer as normas antigas, que restringem o número de maquinas de cartão que aceitam o VR e o VA. A União poderá recorrer da decisão.

A decisão foi tomada a partir de uma ação protocolada pela Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT).

Na decisão, o juiz Frederico Botelho de Barros Viana, da 22ª Vara Federal Cível, entendeu que o governo federal extrapolou sua competência legal ao estabelecer que o sistema de pagamentos dos benefícios deve ocorrer obrigatoriamente de forma aberta, possibilidade que não está prevista na lei que

criou o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

"A fixação de linha de corte quantitativa para extinguir a modalidade fechada não possui qualquer arrimo no diploma primário, traduzindo comando contra legem que subverte o desenho institucional deliberado pelo Poder Legislativo", afirmou o magistrado.

Fonte: Agência Brasil

Comissão aprova projeto que amplia atuação de sindicatos em falências e protege créditos trabalhistas

O texto continua em análise na Câmara dos Deputados



Alexandre Lindenmeyer recomendou a aprovação da proposta – Foto: Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4339/25, que permite aos sindicatos representar em assembleia todos os trabalhadores com créditos trabalhistas ou decorrentes de acidente de trabalho que não comparecerem pessoalmente ou por procurador.

O relator, deputado Alexandre Lindenmeyer (PT-RS), recomendou a aprovação do texto. "O intuito é o de assegurar a participação efetiva de trabalhadores e trabalhadoras em processos deliberativos em que seus direitos podem ser diretamente afetados", destacou o parlamentar no parecer.

A proposta, de autoria do deputado Reimont (PT-RJ), também determina que o plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 30 dias para pagar, até o limite de dez salários mínimos por trabalhador, créditos estritamente salariais vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.

Regras para votação

O projeto aprovado altera a Lei 11.101/05, que regula a recuperação judicial e a falência. Entre outros pontos, o texto determina que o voto do credor em assembleia será proporcional ao valor de seu crédito.

Além disso, a aprovação do plano de recuperação judicial exigirá o apoio cumulativo de credores que representem mais da metade do valor total dos créditos presentes e da maioria simples dos credores presentes.

Conforme o texto, o sindicato terá de apresentar ao administrador judicial, até dez dias antes da assembleia, a relação dos trabalhadores substituídos. Caso um trabalhador conste em mais de uma relação, terá até 24 horas antes da assembleia para definir qual sindicato o representará.

Próximos passos

O projeto ainda será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Trabalho; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para virar lei, terá de ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Fonte: Agência Câmara

Governo Lula adia publicação de decreto que regulamenta fim da escala 6x1

Ministérios envolvidos na formulação finalizaram a norma, mas texto ainda não teve aval do presidente Lula



O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) adiou a publicação do decreto que regulamenta o fim da escala de trabalho 6x1, segundo fontes da gestão federal. A edição da norma estava prevista para esta segunda-feira (9).

Os ministérios envolvidos na formulação finalizaram o decreto nos últimos dias, mas o texto ainda não teve aval do presidente Lula. A tendência é de que a publicação só ocorra após o chefe do Executivo retornar de uma sequência de viagens à Ásia.

Lula viajou à Turquia para participar da conferência climática COP31 entre os dias 11 e 12 de novembro. O presidente segue depois às Filipinas, para a cúpula de países do Sudeste Asiático, entre os dias 14 e 15. Ele deve retornar ao Brasil no dia 16.

O decreto foi formulado com a participação da Casa Civil e do Ministério do Trabalho e Emprego. Não haverá, segundo a CNN apurou, qualquer tipo de lista de exceção para o fim da escala 6x1.

O texto vai permitir que diferentes atividades da economia, por meio de acordo coletivo, estabeleçam alguma flexibilidade para a organização das escalas – desde que respeitada a emenda constitucional aprovada no Congresso.

Uma possibilidade é ser acordada uma redistribuição de folgas no mês, garantindo oito folgas no período. O trabalhador poderia, por exemplo, ter somente um dia de descanso em uma semana, mas precisaria ser compensado com três dias em outra.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, também já citou que podem ser necessárias adequações para os profissionais de escala 12x36. Caso a jornada ultrapasse as 40 horas semanais, o excedente pode ser convertido em dias de descanso ou remuneração.

Fonte: CNN Brasil

Comissão mista aprova terceira edição de plano para auxiliar exportadores atingidos pelo tarifaço norte-americano

Plano Brasil Soberano prevê linhas de crédito com juros subsidiados para os exportadores brasileiros



Senadora Leany Lemos, relatora: a terceira edição do plano aumenta os desembolsos em até R$ 13,5 bilhões - Foto: Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados

A Medida Provisória 1379/26, que viabilizou a terceira edição do Plano Brasil Soberano, foi aprovada nesta quinta-feira (5) pela comissão mista que analisou a matéria. O plano busca combater os efeitos do tarifaço norte-americano para os exportadores brasileiros por meio de linhas de crédito com juros subsidiados.

A senadora Leany Lemos (PSB-DF), relatora da medida, informou que as duas primeiras edições do plano atenderam mais de 1.700 operações. A terceira edição aumenta os desembolsos em até R$ 13,5 bilhões, somando recursos do Tesouro Nacional e do BNDES.

"A continuidade e ampliação da iniciativa permitirão fortalecer setores essenciais à soberania econômica nacional, como minerais críticos, fertilizantes, indústrias de transformação e cadeias exportadoras, contribuindo para a resiliência da economia brasileira, a ampliação de investimentos e o desenvolvimento sustentável no longo prazo", afirmou.

Além das empresas diretamente atingidas pelo tarifaço, o programa passou a contemplar exportadores prejudicados por conflitos internacionais, como a guerra entre EUA e Irã, além de setores considerados estratégicos.

As linhas de crédito podem ser utilizadas para capital de giro, aquisição de máquinas e equipamentos, investimentos produtivos, inovação tecnológica, adaptação de produtos e processos, além de abertura e prospecção de mercados.

Entre os setores beneficiados também estão agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, florestas plantadas, indústrias químicas e farmacêuticas, setor têxtil, máquinas e equipamentos e setor automotivo.

Para não perder a validade, a medida provisória deve ser votada até o dia 18 nos plenários da Câmara e do Senado.

Fonte: Agência Câmara

